



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2-CC-MF

FL.

Processo nº : 10980.008758/2003-12
Recurso nº : 136.324

Recorrente : TRANSPORTADORA GUAIRACÁ S/A
Recorrida : DRJ em Curitiba - PR

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONSELHEIROS FEDERAIS		
Encontrado	08	10 / 07
Maria Lúcia de Oliveira Nayra Bastos Manatta		

RESOLUÇÃO Nº 204-00.453

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por TRANSPORTADORA GUAIRACÁ S/A.

RESOLVEM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto da Relatora.**

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2007.

Henrique Pinheiro Torres
Henrique Pinheiro Torres
Presidente
Nayra Bastos Manatta
Nayra Bastos Manatta
Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Júlio César Alves Ramos, Leonardo Siade Manzan, Airton Adelar Hack e Mauro Wasilewski (Suplente).



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10980.008758/2003-12
Recurso nº : 136.324

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES¹
CONSELHO DE FONTE ALGARIA
Brasília, 08 / 10 / 07

Bryan
Maria Beatriz Novais
Msc. Engenheira

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : TRANSPORTADORA GUAIRACÁ S/A

RELATÓRIO

Adoto o relatório da DRJ em Curitiba - PR, que a seguir transcrevo.

Em decorrência de ação fiscal desenvolvida junto à empresa qualificada, foi lavrado o auto de infração de fls. 15/19, pelo qual se exige o recolhimento de R\$ 128.710,90 de Cofins e R\$ 96.533,13 de multa de ofício de 75%, prevista no art. 10, parágrafo único, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, e art. 44, I, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além de encargos legais.

A autuação, científica em 04/09/2003, ocorreu devido à falta de recolhimento da Cofins, apurada em razão de ter sido indeferido o pedido de restituição/compensação, com supostos indébitos de ILL, objeto do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 10980.017438/99-25, conforme descrição dos fatos e enquadramento legal de fl. 19, demonstrativo de apuração de fl. 15, demonstrativo de multa e juros de mora de fls. 16/17, e termo de verificação e encerramento de fiscalização de fl. 03, tendo como fundamento legal o art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 1991, e os arts. 2º, 3º e 8º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, com as alterações da Medida Provisória nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999, e reedições, e da Medida Provisória nº 1.858, de 29 de junho de 1999, e reedições.

Tempestivamente, em 18/09/2003, a interessada, por intermédio de procurador (mandado de fl. 31), apresentou a impugnação de fls. 22/30, instruída com os documentos de fls. 31/52, cujo teor é sintetizado a seguir.

Inicialmente, após resumir os fatos que levaram à autuação, diz que esta se mostra totalmente insubstancial e desprovida de fundamentos legais válidos, constituindo pretensão de exigência tributária absurda, posto que seu procedimento fora correto e legal, dado que amparado por decisão judicial favorável.

Como preliminar, diz que o auto de infração carece de fundamentação legal, uma vez que o fisco não especifica qual a hipótese legal a vedar o seu procedimento; esclarece que promoveu compensações dos débitos fiscais de Cofins, com valores a serem restituídos a título de ILL, recolhidos indevidamente, porque inconstitucionais, tendo em vista decisão advinda do processo judicial nº 99.70.00.033903-7, que tramitou perante a 4ª Vara da Justiça Federal em Curitiba/PR; agrega que "a fiscalização demonstrou ter pleno conhecimento do acima descrito e, no entanto, arvorou-se no direito de lavrar auto de infração acerca do procedimento corretamente adotado, invertendo, por completo, a interpretação orientada".

Sob o título "Da necessidade de infração concreta, real e individualizada para aplicação da penalidade", diz que o fisco pretendeu 'capitular a reclamada' mas não encontrou infração legal para enquadrá-la, e, por isso, fundiu o fundamento legal, tanto da infração quanto da penalidade, ao mesmo dispositivo legal, o qual trataria tão somente da penalidade; prossegue, afirmando que em momento algum a autoridade administrativa demonstrou em que medida seu procedimento estaria em desacordo com a respectiva legislação vigente, pelo que o auto de infração não serviria de base legal para a cobrança da Cofins e penalidades exigidas; em razão do alegado, por descrever ato atípico, o auto de infração seria totalmente nulo, notadamente porque representa, quando muito, abuso de autoridade e descuido face ao princípio constitucional da estrita legalidade.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	COMARCA DE BRASÍLIA
Brasília	08 / 10 / 07
Márcia de Oliveira Márcia de Oliveira	

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10980.008758/2003-12
Recurso nº : 136.324

Entende que restou demonstrada, de forma inequívoca e inconteste, a inconsistência do auto de infração em debate, haja vista os valores nele reclamados terem sido compensados, conforme autorização legal emitida pela própria Receita Federal; acrescenta que compensados os supostos débitos descritos no precitado auto de infração, tais débitos estariam extintos (mormente em função da permissão judicial para a compensação).

No item "No mérito", sustenta que o 'presente processo administrativo teve origem por iniciativa da contribuinte', que apresentou pedidos de restituição e compensação em outro processo administrativo (n.º 10980.017438/99-25), no qual, até a data da impugnação, não haveria decisão final, estando os valores em causa 'suspenso' em face da interposição de recurso ao Segundo Conselho de Contribuintes; argumenta duplicidade de exigência, posto que os mesmos valores constituídos no presente processo, estão em discussão e são passíveis de serem exigidos no precitado PAF.

Destaca que os indébitos que utilizou para a compensação decorrem de decisão proferida pelo TRF/4^a, na ação ordinária n.º 99.70.00.033903-7, em combinação com as normas de regência acerca de compensação de tributos, então em vigor, o que seria suficiente para determinar o cancelamento em questão.

No que se refere aos valores cobrados da Cofins, reafirma que promoveu a compensação com base em decisão que lhe foi favorável na precitada ação judicial; acrescenta que o fisco, desconsiderando por completo a compensação realizada, indeferiu o seu pedido de compensação, e promoveu a autuação, talvez no afã de evitar suposta e eventual decadência do direito de constituir o crédito tributário, ignorando o processo administrativo como um todo.

Diz que promoveu a referida ação judicial com o intuito de ver declarado o reconhecimento da inconstitucionalidade e ilegalidade na cobrança do imposto sobre o lucro líquido (ILL), na forma da Lei n.º 7.713, de 1988; informa que o pedido foi julgado parcialmente procedente para o fim de reconhecer, justamente, a inconstitucionalidade alegada da cobrança do imposto de renda na fonte incidente sobre o lucro líquido apurado, com relação ao sócio quotista e, por consequência, a mesma decisão autorizou a contribuinte a efetuar a compensação dos valores recolhidos indevidamente com obrigações vincendas do mesmo tributo, corrigidos monetariamente pelo mesmo índice de atualização dos tributos federais, entre outros consectários; agrega que a Fazenda Nacional, inconformada com a decisão de primeiro grau, apelou para o TRF/4^a; diz que também apresentou recurso para ver modificada a sentença apenas na parte relativa à livre compensação dos valores reconhecidos como indébito, entre outros requerimentos relativos à incidência de juros compensatórios, moratórios, expurgos e atualização monetária; esclarece que ao recurso da Fazenda Nacional restou negado provimento, e o seu apelo foi parcialmente provido, no sentido de serem devidos os consectários legais que pleiteou.

Entende que ficou reconhecido o seu direito em promover a compensação de supostos indébitos de ILL, independentemente de deferimento ou não de qualquer autoridade administrativa.

A fim de afastar eventuais alegações de que a sentença de primeiro grau não produz efeitos senão depois de confirmada pelo Tribunal, transcreve dispositivo do CPC (art. 475, com a redação dada pela Lei n.º 10.352, de 2001) que arredaria tal entendimento no caso concreto.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

COMARCA DE CURITIBA

08 10 07

2ª CC-MF
Fl.

Processo nº : 10980.008758/2003-12
Recurso nº : 136.324

Omar

Reafirma que deve ficar claro que "o presente auto de infração calca-se em hipótese de créditos já plenamente compensados, amparados por decisão judicial, processo administrativo de restituição e precedente favorável e pacífico do Pretório Excelso".

Por fim, requer o acatamento de sua impugnação, para conhecer e prover as preliminares suscitadas, determinando o cancelamento do auto de infração, em face de estarem extintos os créditos pretendidos e da compensação efetuada, com o consequente arquivamento do presente processo administrativo.

É o relatório.

A DRJ em Curitiba - PR manifestou-se no sentido de julgar procedente o lançamento.

A contribuinte foi cientificada, e, inconformada com a decisão proferida apresenta recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, no qual reitera as razões de defesa da inicial.

É o relatório.

Vt. M



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10980.008758/2003-12
Recurso nº : 136.324

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CC-MF - 2º CONSELHO FISCAL

08 10 07

enpr
Maria Lúcia Manatta
Márcia Bento Manatta

2º CC-MF
FL

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA
NAYRA BASTOS MANATTA

O recurso preenche os requisitos para sua admissibilidade, dele tomo conhecimento.

O processo versa sobre a exigência da Cofins. Entretanto, em seu recurso, a contribuinte alega que os débitos em litígio foram objeto de compensações formalizados por meio do Processo Administrativo nº 10980.017438/99-25 ainda pendente de decisão final na esfera administrativa.

A própria fiscalização admite que os débitos lançados foram objeto dos citados pedidos de compensações e que o lançamento decorreu da não homologação destas compensações pela autoridade local competente.

Havendo pleito compensatório, formulado antes do início da ação fiscal, envolvendo os períodos lançados deve ser observada a decisão final proferida na esfera administrativa no âmbito do referido processo de restituição/compensação, para que seja possível a formação do juízo no processo que trata de lançamento decorrente da glosa da compensação pleiteada no primeiro.

Assim sendo, diante dos fatos, e com esteio no artigo 29 do Decreto nº 70.235/72, somos pela transformação do presente voto em diligência, para que sejam tomadas as seguintes providências:

1. verificar se a compensação efetuada, nos moldes definidos pela decisão final administrativa proferida nos autos do Processo nº 10980.017438/99-25 foi suficiente para cobrir os valores lançados no presente Auto de Infração, elaborando demonstrativo dos cálculos e anexando cópia da decisão administrativa final proferida no âmbito do citado processo; e
2. elaborar planilha de cálculos e relatório conclusivo, anexando os documentos que se fizerem necessários.

Dos resultados da averiguações, seja dado conhecimento ao sujeito passivo, para que, em querendo, manifeste-se sobre o mesmo no prazo de 30 (trinta) dias.

Após conclusão da diligência, retornem os autos a esta Câmara, para julgamento.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2007.

NAYRA BASTOS MANATTA